

Jacqueline de Souza Alves da Silva

De: Maxiley dos Reis Alves Rocha
Enviado em: terça-feira, 29 de novembro de 2022 13:17
Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva
Assunto: ENC: PEC Transição
Anexos: OF - 1492022 - Senador Rodrigo Pacheco - Presidente do Senado Federal - PEC da Transição.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: terça-feira, 29 de novembro de 2022 11:13
Para: Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>
Assunto: ENC: PEC Transição

De: Vanessa Lanny [<mailto:assessoria@unecs.org.br>]
Enviada em: segunda-feira, 28 de novembro de 2022 14:04
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Cc: CNDL - Karoline Lima dos Santos Pereira <karoline.pereira@cndl.org.br>
Assunto: PEC Transição

Você não costuma receber emails de assessoria@unecs.org.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Ilmo. Presidente,

O Instituto UNECS – União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, que congrega as maiores representantes organizadas e de livre adesão do setor, presentes em todo o território nacional, e que juntas **representam 73,31% do PIB brasileiro, manifesta seu apoio** à manutenção, no próximo ano, do **valor de R\$ 600,00 do Auxílio Brasil** ou outro nome que venha ter, por considerar uma necessidade na atual conjuntura de dificuldades de grande parcela da população.

O comércio e os serviços são os maiores geradores de empregos e de renda do país. Além disso, **contam 77% dos estabelecimentos ativos** no território nacional, por meio dos quais se **relaciona com cerca de 190 milhões de cidadãos brasileiros**.

Considera, no entanto, que os **recursos necessários** para garantir esse valor, sejam **buscados por remanejamentos no Orçamento** da União para 2023, em vez de uma autorização para gasto extraordinário, considerando que o elevado montante das receitas previstas deve comportar a inclusão desses gastos, que deverão se tornar permanentes.

Assim, manifesta sua **preocupação quanto à aprovação da PEC da Transição**, mediante a inclusão de valores adicionais que extrapolem o orçamento da União, o que representaria um aumento significativo da dívida pública com impacto sobre as taxas de juros, inflação e atividade econômica atingindo especialmente as camadas mais pobres da população.

O Instituto UNECS defende que o Congresso e governo adotem como **prioridade a realização de uma Reforma Administrativa** para racionalizar o gasto público, estabelecendo as prioridades para o atendimento da área social, dentro do Orçamento, sem necessidade de aumentar a tributação, ou o endividamento.

A carga tributária no Brasil já é muito elevada e não comporta aumento, e interfere diretamente na inflação e no bolso do cidadão, pelo que é necessário primeiro a realização da Reforma Administrativa, para depois se fazer uma Reforma Tributária, que simplifique o sistema e corrija distorções, mas sem aumentar o total da tributação.

O Instituto UNECS considera que a austeridade fiscal não é incompatível com a Responsabilidade Social, mas condição necessária, embora não suficiente, para a solução dos graves problemas sociais, que somente poderão ser resolvidos com o crescimento da economia, que depende do equilíbrio das contas públicas, da segurança jurídica, da tributação simplificada e moderada e de um Estado eficiente.

Subscvem esse documento, **em anexo**, todas as entidades que integram o Instituto UNECS.

Atenciosamente,



Vanessa Lanny

Relações Institucionais e Governamentais

(61) 9 9947-5831

União Nacional das Entidades de Comércio

SRTVN QD. 701 Bloco B Sala 325
Centro Empresarial Norte
70719-900 Brasília (DF)
www.unecs.org.br